



ESTADO DE SERGIPE

MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 13/2022
DE 20 DE ABRIL DE 2022

PROMULGA A LEI Nº 927/2022, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DE CARTEIRA DE VACINAÇÃO E/OU CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA, NO ATO DA MATRÍCULA E RENOVAÇÃO DE ALUNOS, JUNTO AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA E DA REDE PRIVADA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO CATETE/SE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ROSÁRIO DO CATETE, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo artigo 28, inciso V c/c artigo 44, §3º e §7º, ambos da Lei Orgânica de Rosário do Catete/SE e artigo 15, §1º, inciso XIII, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO que a Câmara de Vereadores de Rosário do Catete/SE aprovou o Projeto de Lei nº 37/2021, que: **“Dispõe sobre a Obrigatoriedade da Apresentação de Carteira de Vacinação e/ou Caderneta de Saúde da Criança, no Ato da Matrícula e Renovação de Alunos, junto as Escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Pública e da Rede Privada do Município de Rosário do Catete/SE, e dá Outras Providências”**, de autoria do vereador Ellyson da Silva Santos;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

CONSIDERANDO que o ciclo de formação da Lei já se completou na Casa Parlamentar, sem quaisquer prejuízos, observando os princípios constitucionais e do processo legislativo;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal no tempo hábil previsto no art. 44, §1º da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

CONSIDERANDO que o processo de formação da Lei exige que haja a promulgação por parte do Presidente do Poder Legislativo, caso não seja feito pelo Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que a promulgação é ato de natureza política, de caráter obrigatório, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos, sendo um requisito indispensável à eficácia do ato normativo, tratando-se de uma operação integrativa da lei que atesta a sua executoriedade;


RESOLVE:

Art. 1º - Promulgar a Lei nº 927/2022, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação, para que produza imediatamente seus efeitos.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões Nossa Senhora de Fátima, da Câmara Municipal de Rosário do Catete/SE, em 20 de Abril de 2022.


Amélia Correia de Resende Neta Passos
Presidenta



LEI Nº927/2022
DE 20 DE ABRIL DE 2022

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DE CARTEIRA DE VACINAÇÃO E/OU CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA, NO ATO DA MATRÍCULA E RENOVAÇÃO DE ALUNOS, JUNTO AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA E DA REDE PRIVADA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO CATETE/SE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE/SE, aprovou e o Prefeito de Rosário do Catete/SE sancionou nos termos do art. 44, §3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e eu, Presidenta da Câmara Municipal de Rosário do Catete/SE, **PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - É obrigatória a apresentação de Carteira de Vacinação e/ou Caderneta de Saúde da Criança, no ato da matrícula e renovação de alunos, junto as Escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Pública e da Rede Privada do Município de Rosário do Catete/SE.

Parágrafo Único - É requisito obrigatório para o cadastro de alunos, com idade de até 18 anos completos nas instituições mencionadas no “caput” deste artigo, onde deverão exigir dos pais ou responsáveis por alunos, a apresentação da Carteira de Vacinação e/ou Caderneta de Saúde da Criança, devidamente atualizada em todos os itens de acompanhamento.



ESTADO DE SERGIPE
A MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

Art. 2º - Os pais ou responsáveis que não apresentarem a Carteira de Vacinação e/ou Caderneta de Saúde da Criança ou apresentarem a carteira/caderneta desatualizada serão notificados no ato da matrícula ou renovação para procederem à entrega ou à sua devida regularização.

§ 1º - Caso o aluno não esteja em dia com as vacinas, os pais deverão providenciar a atualização num período de 30 (trinta) dias, dentro do qual terá assegurada a sua vaga.

§ 2º - Se a vacinação não for observada no prazo estipulado no §1º, deste artigo, caberá a Secretaria Municipal de Educação tomar as devidas providências, salvo se a rede pública de saúde não oferecer condições de atendimento nesse período, ficando automaticamente prorrogado o prazo mencionado no parágrafo anterior até que se efetive a vacinação.

§ 3º - Quanto à situação vacinal, as crianças e os adolescentes deverão estar imunizados com todas as vacinas contidas nas disposições do calendário básico de imunização do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário do Catete/SE.

§ 4º - Depois de observados os prazos determinados nos parágrafos 1º e 2º, deste artigo, caberá ao Gestor da Unidade Escolar, comunicar imediatamente o fato ao Conselho Tutelar, que designará diligência até a residência da criança ou do adolescente, notificando os pais ou responsáveis para o cumprimento imediato da vacinação no período de até 15 (quinze) dias ininterruptos.

§ 5º - Vencidos todos os prazos determinados nos parágrafos 1º, 2º e 3º, deste artigo, caberá ao Conselho Tutelar, notificar o Ministério Público Estadual para que possam ser tomadas as devidas providências necessárias em defesa dos direitos da criança e do adolescente.



ESTADO DE SÉRGIPE
A MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

§6º - Para efeito do disposto no "caput", deste artigo, entende-se por Carteira de Vacinação e/ou Caderneta de Saúde da Criança atualizada aquela que contar com todos os registros prescritos, conforme a idade, no Calendário Nacional de Vacinação emitido pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º -A dispensa de vacinação obrigatória somente ocorrerá caso o matriculando apresente atestado médico de contraindicação explícita da aplicação da(s) vacina(s).

Art. 4º -Todas as vacinas obrigatórias deverão constar anotadas na Carteira de Saúde.

Art. 5º -O estudante não será impedido de formalizar a matrícula por não possuir alguma(s) vacina(s), sendo que os pais ou responsáveis pelo aluno, deverá cumprir com os prazos estabelecidos no Art. 2º, desta Lei, para regularizar o documento.

Parágrafo Único -Descumprindo o disposto no "caput", deste artigo, poderão ser observados em reunião conjunta pelo: Gestor da Unidade de Ensino, Conselho Tutelar e Ministério Público Estadual, que por sua vez tomarão as devidas providências e a reparação de direitos, sem quaisquer prejuízos à efetivação da matrícula.

Art. 6º - Os responsáveis legais deverão ser orientados sobre a importância da vacinação no ato do cadastro, da matrícula ou renovação desta ou, ainda, durante o ano letivo, para a proteção da saúde das crianças e dos adolescentes.

Art. 7º -A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Departamento de Vigilância Epidemiológica e Imunização fará divulgar, periodicamente, nas escolas públicas e privadas, o calendário de vacinação do Ministério da Saúde, por faixa etária e



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

as vacinas disponíveis nas unidades básicas de saúde do Município, com os locais e horários de vacinação.

Art. 8º - Os pais ou responsáveis pelas crianças ou adolescentes que já estiverem frequentando os estabelecimentos referidos no art. 1º, desta Lei, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação do comprovante exigido.

Parágrafo Único - Para os fins desta Lei, considera-se rede pública de educação: as creches, escolas de educação infantil e escolas em nível fundamental, administradas pelo governo municipal; considera-se rede privada de educação: as escolas particulares de educação infantil e nível fundamental, administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

Art. 9º - Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar os casos omissos, instruções e/ou orientações regulares que se for o caso, que se fizerem necessários à aplicação ou execução desta Lei, mediante Decreto do Prefeito.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões Nossa Senhora de Fátima, da Câmara Municipal de Rosário do Catete/SE, em 20 de abril de 2022.


Amélia Correia de Resende Neta Passos
Presidenta